DocuSign Envelope ID: D264ABF7-166C-4EA5-85F5-8D5AD5C752AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
AVISO
ESCLARECIMENTOS E REDESIGNAÇÃO DE DATA
Modalidade: Pregão eletrônico 69/2022
Processo: 1503/2022

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais elétricos e outros para manutenção de praças e jardins. Secretaria Municipal de Serviços Gerais Informamos a todos os interessados que foram prestados esclarecimentos referente ao processo e epígrafe, para que não se alegue prejuízo na elaboração da proposta fica redesignada a data de processamento do pregão conforme segue: O recebimento das propostas dar-se-á até o dia 05/04/2022, às 08:30h. e abertura a partir das 08:32h. O edital, na íntegra, e demais informações, encontram-se à disposição dos interessados, no Portal de Compras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCALVADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2.022. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, para atender ao Serviço Municipal de Alimentação Escolar (SMAE) da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de Descalvado, Estado de São Paulo. **DATA DA REALIZAÇÃO:** Dia 05 de abril de 2.022, às 08h30min, no Anfiteatro da Prefeitura do Município de Descalvado, São Paulo, localizado à Rua José Quirino Ribeiro nº 55, Centro. **RETIRADA DO EDITAL:** O Edital completo poderá ser retirado na Seção de Licitação, à Rua José Quirino Ribeiro, n° 55, Descalvado - SP, no horário das 10 às 16 horas, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira e, também, encontra-se disponível para download no site: www.descalvado.sp.gov.br "Licitações – Pregão Presencial", a partir de 22 de março de 2.022, no período vespertino. **INFORMAÇÕES:** Fone: (19) 3583-9316, e/ou e-mail: licitacao@descalvado.sp.gov.br. ou, pregao@descalvado.sp.gov.br. Descalvado, 21 de março de 2.022. Antônio Carlos Reschini - Prefeito

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 (UM) MÊS. PROCESSO Nº 0002122-39.2012.8.26.0010 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **CAMILA ALVES KROUPA**, RG 502215732, CPF 489.870.738-66, que foi proposta uma **ação de Procedimento Sumário** por parte de **Associação de Beneficência e Filantropia São Cristovão** contra **João Kroupa** e outros, para cobrança da importância de R$ 333,98, oriunda da prestação de serviço médico-hospitalares ao co-réu João Kroupa, ficando deferido o requerimento de habilitação de herdeiros, nestes próprios autos. Encontrando-se a herdeira em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO, por EDITAL**, para se pronunciar no prazo de 05 (cinco) dias (CPC/2015, artigo 690, "caput"), que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Decorrido o prazo, sem manifestação, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo.

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já:
11. 3729-6600

AUGUSTO VELLOSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

C.N.P.J/M.F. nº 07.418.496/0001-67 - *Sociedade Anônima de Capital Fechado*

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Exercício encerrado em 31.12.2021

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., o relatório da diretoria e as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, da Augusto Velloso Empreendimentos Imobiliários S/A. São Paulo, 01 de março de 2022.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em Reais)*

ATIVO	Notas	2021 Empreendimentos	2021 Consolidado	2020 Empreendimentos	2020 Consolidado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	501.650,73	5.247.197,05	240.672,87	6.170.821,51
Contas a receber	2.9	573.550,90	4.712.895,65	613.670,90	11.136.358,49
Impostos a recuperar	2.13	36.446,21	38.509,30	36.315,32	38.292,31
Estoque de imóveis	2.13	-	4.137.891,92	-	3.378.203,23
Outros créditos	2.13	65.675,24	230.715,94	315.509,09	481.231,97
TOTAL DO CIRCULANTE		1.177.323,08	14.367.209,85	1.206.168,18	21.204.907,51
NÃO CIRCULANTE					
Créditos de controladas e coligadas	5	8.973.226,00	-	3.982.054,42	-
Outros créditos	2.13	-	1.591.711,37	-	3.252.309,94
Investimentos em controladas e coligadas	6	2.112.991,98	-	10.859.257,14	-
Imobilizado / intangível	4	434.005,94	434.005,94	499.411,40	499.411,40
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.546.997,92	2.025.717,31	11.358.668,54	3.751.721,34
TOTAL DO ATIVO		12.697.547,00	16.392.927,16	16.546.891,14	24.956.628,85

PASSIVO	Notas	2021 Empreendimentos	2021 Consolidado	2020 Empreendimentos	2020 Consolidado
CIRCULANTE					
Fornecedores	2.14	335.609,28	1.251.269,50	834.461,42	1.713.874,67
Benefícios e Encargos Sociais	2.17	2.664,89	-	14.930,30	42,63
Obrigações fiscais			180.324,05		276.608,98
Parcelamentos			306.039,46		81.732,78
Antecipações promitentes	-				684,98
TOTAL DO CIRCULANTE		338.274,17	1.737.633,0	849.391,72	2.072.944,04
NÃO CIRCULANTE					
Contas a pagar coligadas	5	3.882.400,48	3.800.400,49	4.542.850,50	1.419.120,00
Outros debitos	2.14	-	2.378.021,30	18.545,18	11.747.581,07
Conta corrente coligadas	5	-	-	1.419.120,00	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.882.400,48	6.178.421,79	5.980.515,68	13.166.701,07
PATRIMÔNIO LIQUIDO					
Capital social	7	1.543.230,00	1.543.230,00	1.543.230,00	1.543.230,00
Reserva de lucros	7	6.933.642,35	6.933.642,35	8.173.753,74	8.173.753,74
Total do Patrimônio Liquido		8.476.872,35	8.476.872,35	9.716.983,74	9.716.983,74
TOTAL DO PASSIVO		12.697.547,00	16.392.927,16	16.546.891,14	24.956.628,85

Demonstrações do resultado *Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)*

	Notas	2021 Empreendimentos	2021 Consolidado	2020 Empreendimentos	2020 Consolidado
Receita Bruta	11	2.814,84	5.751.488,71	1.545.000,00	7.877.931,68
(-) Deduções da receita	11	(161,97)	(244.254,70)	-	(231.075,48)
Receita Líquida		2.652,87	5.507.234,01	1.545.000,00	7.646.856,20
Custos dos serviços e imóveis		-	(1.311.766,53)	(1.696.220,01)	(3.129.802,30)
LUCRO BRUTO		2.652,87	4.195.467,48	(151.220,01)	4.517.053,90
Despesas administrativas		(572.338,33)	(5.404.278,13	(588.430,62)	(2.480.045,99)
Depreciação e amortização	4	(54.245,27)	(54.245,27)	(54.400,48)	(54.400,48)
Dividendos recebidos		-	-	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial		(29.495,16)	-	1.776.591,79	-
Resultado da venda de bens		65.440,82	166.406,23	-	(151.593,99)
Resultado da venda de participações		(251.696,82)	376.860,84	(5.606.514,83)	(6.115.785,78)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	11	(839.681,89)	(719.788,85)	(4.623.974,15)	(4.284.772,34)
Receitas financeiras		370.348,76	778.150,67	247.263,90	508.682,45
Despesas financeiras		(770.778,26)	(898.256,12)	(96.219,51)	(739.931,69)
(=) RESULTADO FINANCEIRO		(400.429,50)	(120.105,46)	151.044,39	(231.249,24)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCROS		(1.240.111,39)	(839.894,31)	(4.472.929,76)	(4.516.021,58)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	-	(299.256,59)	-	(144.490,37)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(1.240.111,39)	(1.139.150,90)	(4.472.929,76)	(4.660.511,95)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(1.240.111,39)	(1.139.150,90)	(4.472.929,76)	(4.660.511,95)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)*

D.M.P.L	CAPITAL	REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO
Saldo em 31/12/2019		1.543.230,00	12.646.683,50	14.189.913,50
Resultado do exercício		-	(4.472.929,76)	(4.472.929,76)
Saldo em 31/12/2020		1.543.230,00	8.173.753,74	9.716.983,74
Resultado do exercício		-	(1.240.111,39)	(1.240.111,39)
Saldo em 31/12/2021		1.543.230,00	6.933.642,35	8.476.872,35

Demonstrações do fluxo de caixa - método indireto *Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)*

	Notas	2021 Empreendimentos	2021 Consolidado	2020 Empreendimentos	2020 Consolidado
Resultado líquido		(1.240.111,39)	(1.139.150,90)	(4.472.929,76)	(4.660.511,96)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		54.245,27	54.245,27	54.400,48	54.400,48
Resultado na baixa de ativos permanentes	(65.440,82)	(65.440,82)	-	-	
Equivalência patrimonial		(29.495,16)	-	1.776.591,79	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos:					
Variação no circulante e não circulante		(4.701.348,62)	5.910.574,51	2.090.022,31	6.977.587,87
Acréscimo (descréscimo) em passivos:					
Fornecedores		(498.852,14)	(463.290,15)	509.611,64	992.459,49
Tributos, Benefícios e Encargos Sociais		(12.265,41)	(708.697,36)	(16.535,12)	474.950,26
Variação no não circulante		(2.098.115,20)	(8.532.883,28)	(267.068,55)	(5.462.458,66)
Dividendos pagos		(0,00)	-	0,00	-
Caixa líquida gerada pelas atividades operacionais		(8.591.383,47)	(4.944.642,74)	(325.907,21)	(1.623.572,52)
2) Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos				Acréscimos (redução) em	
controladas e coligadas		8.775.760,32	3.944.417,26	(2.053.183,58)	2.462.176,17
Aquisição de imobilizado e intangível		76.601,01	76.601,01	(880,00)	(880,00)
Caixa líquida gerada pelas atividades de investimentos		8.852.361,33	4.021.018,27	(2.054.063,58)	2.461.296,17
3)VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		260.977,86	(923.624,47)	(2.379.970,79)	837.723,65
4) SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		260.977,86	(923.624,46)	(2.379.970,79)	837.723,66
No início do exercício		240.672,87	6.170.821,51	2.620.643,66	5.333.097,85
No fim do exercício		501.650,73	5.247.197,05	240.672,87	6.170.821,51

Total dos bens		*497.954,00*	*5.898,99*	*(32.018,00)*	*(41.934,39)*	*432.900,60*
Software	*20%*	*1.457,40*			*(352,06)*	*1.105,34*
Total Intangível		*1.457,40*			*(352,06)*	*1.105,34*
Totais		*499.411,40*	*5.898,99*	*(32.018,00)*	*(42.286,45)*	*434.005,94*

5. Pessoas ligadas:

Empresas	2021 Contas a receber	2021 Contas a pagar	2020 Contas a receber	2020 Contas a pagar
Caetes Administração Ltda				*1.419.120,00*
Construtora Augusto Velloso S/A			*239.778,42*	
Solaris Emp. Imob. Ltda	*187.000,00*	*3.882.400,48*		*4.542.850,50*
Igarassu Emp. Imob. Ltda	*4.931.576,00*		*2.821.576,00*	
R004 São Mateus Emp. EIRELI	*3.854.150,00*		*915.000,00*	
Outras	*500,00*		*5.700,00*	
Total	*8.973.226,00*	*3.882.400,48*	*3.982.054,42*	*5.961.970,50*

6. Investimentos em Empresas Controladas e Coligadas

Empresas	*Participação*	*2021*	*2020*
Caetes Administração Ltda	*99,99%*	*3.890.050,70*	*8.538.507,97*
EJR Empr. Imob. Ltda	*41,00%*	*1.576.134,58*	*1.492.904,58*
Solaris Emp. Imob. Ltda	*99,99%*	*2.248.999,19*	*2.318.122,39*
Igarassu Emp. Imob. Ltda	*50,00%*	*(854.499,38)*	*522.444,40*
R004 São Mateus Emp. EIRELI	*100,00%*	*(4.747.693,11)*	*(2.012.722,20)*
Totais		*2.112.991,98*	*10.859.257,14*

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em reais)

1. Contexto Operacional: A sociedade, com sede na Capital do Estado de São Paulo, foi constituída em 2005,. Dedica-se à atividade de incorporação de empreendimentos imobiliários. 2. Apresentação das demonstrações financeiras contábeis e principais práticas contábeis adotadas: As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria na reunião de 01 de março de 2022. 2.1. Declaração de conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil): As demonstrações contábeis da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o Pronunciamento Teicnico – CPC 26 (R1) - Apresentac'aÞo das Demonstrações Contaibeis, e consideram, igualmente, a aplicac'aÞo do Ofiicio Circular /CVM/SNC/SEP no 02/18 sobre a aplicac'aÞo do Pronunciamento Teicnico NBC TG 47 (IFRS 15). A Administrac'aÞo afirma que todas as informações relevantes proiprias das demonstrac'oÞes contábeis, estaÞo sendo evidenciadas, e que correspondem aìs utilizadas por ela na sua gestaÞo. As principais políticas adotadas na preparação destas demonstrações contábeis estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. 2.3. Continuidade operacional: As normas contaibeis requerem que ao elaborar as demonstrac'oÞes contábeis, a administrac'aÞo deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operac'aÞo no futuro previsiivel. A administrac'aÞo, considerando o equilíibrio observado do seu capital circulante liìquido, aleim da expectativa de gerac'aÞo de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os proìximos 12 meses, concluiu que naÞo haì nenhuma incerteza material que possa gerar duìvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que eì adequado a utilizac'aÞo do pressuposto de continuidade operacional para a elaborac'aÞo de suas demonstrac'oÞes financeiras. 2.4. Apresentac'aÞo de informações por segmento: A Companhia entende que atua apenas no segmento de incorporação de empreendimentos imobiliários caso venha atuar em outros segmentos, essa informação será apresentada discriminando o tipo de atuação. 2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação: Conforme definição do CPC 02, estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.6. Uso de estimativas contábeis e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis requer o uso pela administração, de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos e passivos, a divulgação de contingências passivas, a realização de ativos e o registro de receitas e despesas dos exercícios. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos e a projeção de ambiente de negócios futuros, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os itens sujeitos a estimativas são: determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, entre outras. 2.7. Apuração do resultado: O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de venda de prestação de serviços é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador. O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. 2.8. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificados na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". 2.9. Contas a receber: Contempla os valores relacionados com as valores a receber relativas a aluguéis e venda de imóveis, sendo constituída provisão, baseada no desempenho histórico das contas a receber de clientes, sendo o seu montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. A administração avaliou a necessidade de ajuste a valor presente de contas a receber de clientes classificados no ativo não circulante, e concluiu que esses ativos de longo prazo não são passíveis de ajustes, sendo os seus efeitos no curto prazo irrelevantes. 2.10. Imobilizado líquido: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota 4, que leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Considerando que historicamente a sociedade não aliena seus itens de imobilizado, o valor residual dos bens é considerado como sendo zero. A vida útil-econômica dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. 2.11. Créditos com pessoas ligadas e outros créditos: A sociedade possui operações com consórcios de empresas, Sociedade por Conta de Participação, Controlas e Coligadas, conforme composição na nota explicativa nº 5. A transferência de recursos financeiros destinadas aos consórcios, deve-se pelo fato do faturamento e recebimento serem efetuados pelas consorciadas. As demais transferências de recursos financeiros devem-se à necessidade para o bom fluxo do negócio em nossa participação e influência nas tomadas de decisões nas empresas. 2.12. Avaliação do valor recuperável de ativos ("Impairment"): A sociedade avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de Impairment aplicada depende de ter havido ou naÞo um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. O valor contábil do ativo eì reduzido e o valor do prejuízo eì reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por "Impairment" diminuir e a diminuic'aÞo puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu apoìs o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificac'aÞo de creìdito do devedor), a reversaÞo da perda por "impairment" reconhecida anteriormente seraì reconhecida na demonstrac'aÞo do resultado. 2.13. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo e outros direitos: Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos financeiros e as variações monetárias auferidas, com base nos respectivos indexadores contratados, vigentes na data do balanço, tendo como contrapartida, o resultado do exercício. 2.14. Contas a pagar a fornecedores: Contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificados como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço, os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente do seu valor justo. 2.15. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a sociedade, possuí uma obrigação legal ou constituída como o resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para contingências são reconhecidos contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável. O que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da sociedade. Essas provisões são atualizadas periodicamente. 2.16. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000,00 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações contábeis e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Impostos diferidos representam os créditos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como créditos e débitos sobre diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante. A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. 2.17. Demais passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações cambiais e monetárias incorridos até a data do balanço. Conforme avaliações da administração, os saldos dos demais passivos circulantes e não circulantes, não sofreram nenhum ajuste a valor presente. 2.18. Introdução de novos pronunciamentos contábeis: A Companhia naÞo identificou efeitos da adoc'aÞo das novas normas nas Demonstrações Contábeis.3. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa estão assim apresentados nas demonstrações contábeis:

DESCRIÇÃO	*2021*	*2020*
Caixa e bancos	*501.650,73*	*17.370,38*
Aplicações financeiras	*-*	*223.302,49*
TOTAL	*501.650,73*	*240.672,87*

4. Movimentação do imobilizado e intangíveis:

Descrição	*% Taxa depr.*	*Saldo inicial*	*Adições*	*Baixas*	*Depreciação*	*Saldo final*
Imóveis	*0 %*	*323.487,20*				*323.487,20*
Equipamentos de informática	*10%*	*1.370,96*	*5.898,99*		*(1.151,95)*	*6.118,00*
Moveis e utensílios	*10%*	*14.745,72*			*(5.940,71)*	*8.805,01*
Veículos	*20%*	*158.350,12*		*(32.018,00)*	*(31.841,73)*	*94.490,39*

7. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social realizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.543.230,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e três mil, duzentos e trinta reais), representado por 1.543.230 (um milhão, quinhentas e quarenta e três mil) ações ordinárias sem valor nominal. Dividendos: O Estatuto social determina a distribuição de dividendos mínimos, de 12% do lucro líquido do exercício. Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que neste ano de 2021 não foi constituída, devido ao prejuízo fiscal apurado no exercício. Reserva de lucro: Para Reservas de lucros são destinados os resultados a distribuir, e a fazer frente a necessidade de aumento de capital. 8. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido foram calculados, com base no resultado ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação, conforme segue:

Cálculo Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2021	2020
(=) Base de cálculo	(1.210.616,23)	(6.249.520,55)
(x) Aplicação das alíquotas (Imposto de renda pessoa jurídica 25% e CSLL 9%)	N/A	N/A
(=) Provisão para o Imposto de renda e Contribuição Social sobre o lucro.	N/A	N/A

9. Seguros: A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. 10. Riscos: Risco de crédito: A Sociedade não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Instrumentos financeiros derivativos: A Incoporadora não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposição a risco. 11. Outras informações: a) A receita dos serviços por unidade de negócio é composta como segue:

	2021 Empreendimentos	2021 Consolidado	2020 Empreendimentos	2020 Consolidado
Receita Bruta	2.814,84	5.751.488,71	1.545.000,00	7.877.931,68
(-) Deduções da receita	(161,97)	(244.254,70)	-	(231.075,48)
Receita Líquida	2.652,87	5.507.234,01	1.545.000,00	7.646.856,20

(b) EBIT/EBTDA:

	2021 Empreendimentos	2021 Consolidado	2020 Empreendimentos	2020 Consolidado
Lucro (prejuízo) operacional antes do IR/CSLL	(1.240.111,39)	(839.894,31)	(4.472.929,76)	(4.516.021,58)
(+) Despesas financeiras	770.778,26	898.256,12	96.219,51	739.931,69
(-) Receitas financeiras	(370.348,76)	(778.150,67)	(247.263,90)	(508.682,45)
EBIT	(839.681,89)	(719.788,85)	(4.623.974,15)	(4.284.772,34)
(+) Depreciação e amortização	54.245,27	54.245,27	54.400,48	54.400,48
EBITDA	(785.436,62)	(665.543,58)	(4.569.573,67)	(4.230.371,86)

12. Remuneração dos administradores e da diretoria: Em conformidade com a Ata que elegeu os Administradores, os mesmos não tem remuneração a qualquer título direta ou indiretamente.

Augusto Velloso Empreendimentos Imobiliários SA - Augusto Ferreira Velloso Neto - Diretor Presidente; Augusto Velloso Empreendimentos Imobiliários SA - Ricardo Machado Ferreira Velloso - Diretor Superintendente; José Maria Augusto - Contador – CRC – 1SP 126.202/O-7.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas AUGUSTO VELLOSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da AUGUSTO VELLOSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos opiniões separadas sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se os mesmos do exercício anterior. Porque é um PAA: Assunto 1: Reconhecimento de receita (notas 2.7 e 11(a)) A receita de venda de prestação de serviços é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador. Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da administração na determinação dos orçamentos de custos e na sua revisão. Adicionalmente, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante a posição patrimonial e o resultado do exercício. Como o assunto foi conduzido em Assunto 1: Reconhecimento de receita (notas 2.7 e 11(a)) Efetuamos entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita prestações de serviços, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e monitoramento dos custos incorridos, e o acompanhamento da entrega desses serviços e os respectivos provisionamentos das Contas a receber. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos, assim como efetuamos visitas de inspeções de selecionadas obras. Com base em uma amostra de obras, inspecionamos os orçamentos de obra e suas respectivas aprovações e confrontamos os principais itens do orçamento com contratos firmados junto a terceiros, e confrontamos o acompanhamento dos recebimentos dos valores provisionados, comparando-os com os contratos e seus provisionamentos para verificação da sua aderência a estes. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as estimativas utilizadas pela administrac'aÞo em relação a esse tema são razoáveis e estão devidamente suportadas. Testamos ainda recebimentos de contas a receber. Assunto 2: Transações com partes relacionadas (notas 2.11 e 5) A Companhia tem saldos relevantes com partes relacionadas e faz parte da nossa análise como auditores a avaliação de riscos desses saldos. Assunto 2: Transações com partes relacionadas (notas 2.11 e 5) Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administrac'aÞo para o acompanhamento dos saldos e suas movimentações, bem como a análise da liquidez e a avaliação das probabilidades de recebimento e o recálculo dos valores envolvidos. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e os julgamentos da administrac'aÞo para tratar desses saldos são consistentes com as informações divulgadas. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades atuando no segmento da Companhia no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar